



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

DOI: 10.21680/2176-9036

Vol. 11, n. 1, Jan./Jun, 2019

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 26.05.2018. Revisado por pares em:

22.08.2018. Reformulado em: 03.10.2018. Avaliado pelo sistema

double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2019v11n1ID14344

Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico

Accounting choices and earnings management: a study on the recognition of government subsidies in a philanthropic hospital

Elecciones contables y gestión de resultados: un estudio sobre el reconocimiento de subvenciones gubernamentales en un hospital filantrópico

Autores:

Pedro Henrique Melillo

Mestre em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba. Endereço: Av. Dr. José Sebastião da Paixão, Lindo Vale, Rio Pomba/MG – Brasil, CEP: 36180-000. Telefone: (032) 3571-5700. Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7384720878279558>

Email: phmelillo@gmail.com

Ciro Gustavo Bragança

Mestre em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor da Faculdade Pitágoras (GRUPO KROTON). Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7766494085307167>

Email: gustavobraganca@hotmail.com

Rodrigo de Vasconcellos Viana Medeiros

Mestre em Economia Doméstica – Universidade Federal de Viçosa – UFV. Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba. Endereço: Av. Dr. José Sebastião da Paixão, Lindo Vale, Rio Pomba/MG – Brasil, CEP: 36180-000. Telefone: (032) 3571-5700. Identificadores (ID):

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0424442303952314>

Email: rodrigodevasconcellos.medeiros@gmail.com

Resumo

Objetivo: O presente artigo tem como objetivo explicar os motivos da adoção do regime de competência para o reconhecimento de subvenções do governo pelos hospitais filantrópicos, além de evidenciar os fatores relacionados a escolhas contábeis e gerenciamento de resultados para essas instituições.

Metodologia: Para alcançar o objetivo, foi adotada uma metodologia quali-quantitativa, com triangulação dos dados na utilização da opinião dos autores e aplicação de entrevistas e questionários a gestores e analistas de crédito do mercado, além de análise estatística da evolução dos indicadores entre 2012 e 2015 do próprio hospital com aplicação do teste de médias. Os dados foram coletados mediante entrevistas e questionários, com auxílio do *Google Docs* e ainda houve visitas pessoais dos pesquisadores à entidade.

Resultados: Os resultados mostraram que os gestores demonstram preocupação com a qualidade da informação contábil gerada. Em termos de relevância e fidedignidade, foi possível visualizar, através dos resultados dos testes de médias, que a contabilização de subvenções governamentais mediante regime de competência implica em indicadores patrimoniais distintos daqueles gerados com a contabilização por regime de caixa.

Contribuições do estudo: O estudo contribuiu para ressaltar que as escolhas contábeis, na forma de reconhecimento das subvenções governamentais, são determinantes nos elementos patrimoniais e de resultado da entidade, demonstrando sua relevância no processo de tomada de decisão.

Palavras-chave: Escolhas contábeis. Hospital filantrópico. Regime de caixa. Regime de Competência. Subvenções governamentais.

Abstract

Purpose: This article aims to explain the reasons for the adoption of the accrual regime for the recognition of government subsidies by philanthropic hospitals, as well as to highlight the factors related to accounting choices and results management for these institutions.

Methodology: To achieve this objective, a qualitative-quantitative methodology was adopted, with triangulation of data in the use of the author's opinion and application of interviews and questionnaires to market credit managers and analysts, as well as statistical analysis of the evolution of the indicators between 2012 and 2015 of the hospital with the application of the means test. The data were collected through interviews and questionnaires, with the help of Google Docs and there were also personal visits of the researchers to the entity.

Results: The results showed that the managers show concern about the quality of the accounting information generated. In terms of relevance and reliability, it was possible to see through the results of tests of averages, that the accounting for government grants by accrual basis implies distinct asset indicators with those generated by the accounting cash basis.

Contributions of the Study: The study contributes to highlight that the accounting choices, in the form of recognition of government subsidies, are determinant in the assets and results of the entity, demonstrating their relevance in the decision making process.

Keywords: Accounting Choices. Philanthropic Hospital. Cash scheme. Accrual method. Government subsidies.

Resumen

Objetivo: El presente artículo tiene como objetivo explicar los motivos de la adopción del régimen de competencia para el reconocimiento de subvenciones del gobierno por los hospitales filantrópicos, además de evidenciar los factores relacionados con elecciones contables y gestión de resultados para esas instituciones.

Metodología: Para alcanzar ese objetivo, se adoptó una metodología cuali-cuantitativa, con triangulación de los datos en la utilización de la opinión de los autores y aplicación de entrevistas y cuestionarios a gestores y analistas de crédito del mercado, además de análisis estadístico de la evolución de los indicadores entre 2012 y 2015 del propio hospital con aplicación del test de promedios. Los datos fueron recolectados mediante entrevistas y cuestionarios, con ayuda de Google Docs y aún hubo visitas personales de los investigadores a la entidad.

Resultados: Los resultados mostraron que los gestores demuestran preocupación por la calidad de la información contable generada. En términos de relevancia y fidedignidad, fue posible visualizar, a través de los resultados de las pruebas de medias, que la contabilización de subvenciones gubernamentales mediante régimen de competencia implica indicadores patrimoniales distintos de aquellos generados con la contabilización por régimen de caja.

Contribuciones del Estudio: El estudio contribuyó a resaltar que las elecciones contables, en la forma de reconocimiento de las subvenciones gubernamentales, son determinantes en los elementos patrimoniales y de resultado de la entidad, demostrando su relevancia en el proceso de toma de decisión.

Palabras clave: Elecciones contables. Hospital filantrópico. Régimen de caja. Régimen de Competencia. Subvenciones gubernamentales.

1 Introdução

As decisões são realizadas pelas pessoas independentemente do ambiente em que estão inseridas. Não importa se o contexto seja aquele da individualidade da pessoa ou aquele oriundo do espaço empresarial, que obviamente requer particularidades, a decisão sempre ocorrerá com base na ação de escolha do homem. Em relação à Contabilidade não é diferente, tanto a discricionariedade quanto a arbitrariedade são presentes.

Mesmo em um ambiente normatizado como a área contábil, existem alternativas múltiplas de escolha. Isso acontece em empresas que mesmo semelhantes, ora se opta por um

método de avaliação de ativo, ora por outro. Nesse contexto, hospitais filantrópicos também apresentam-se como participantes. Conforme a Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), a atividade de saúde é uma das mais importantes no Brasil e no mundo. Para La Forgia e Couttolenc (2009), os hospitais são o centro do sistema de saúde brasileiro e respondem por dois terços dos gastos do setor.

Nesse ambiente estão os hospitais filantrópicos que, de acordo com Marques, Abbas, Tonin e Leoncine, (2014), são organizações complexas com forte apelo social. De acordo com a Subcomissão Especial¹ criada pela Câmara dos Deputados (2012) por meio da Comissão de Seguridade Social e Família, cerca de 2.100 estabelecimentos com mais de 155 mil leitos são responsáveis por 45% do total de internações do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os hospitais filantrópicos recebem incentivos (subvenções) normalmente atreladas a metas operacionais. A Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB) destaca que essas entidades têm situação financeira degradada e estima que cerca de 1.700 dos 2.100 hospitais operam hoje com déficit. Com o alto endividamento apresentado por essas entidades, sobretudo o bancário, têm-se como usuários das informações contábeis as instituições bancárias. Estas, por sua vez, utilizam-se das demonstrações financeiras como fonte informacional para a concessão de empréstimo aos hospitais.

Desse modo, considerando a relevância da informação contábil dos hospitais filantrópicos para os bancos, dada a discricionariedade das escolhas contábeis, os hospitais poderiam gerenciar seus resultados por meio do critério de reconhecimento de subvenções governamentais.

Portanto, de acordo com o que foi exposto, surge o questionamento que norteou o trabalho realizado, face à discricionariedade das escolhas contábeis: **Quais são os motivos para o reconhecimento das subvenções governamentais mediante utilização do regime de competência em detrimento do regime de caixa?** Tem-se como objetivo geral analisar os motivos da adoção do regime de competência para o reconhecimento de subvenções do governo pelos hospitais filantrópicos.

A justificativa do trabalho é evidenciar aos “*stakeholders*” e “*shareholders*” as possíveis intenções dos executivos quando da adoção do regime de competência para o reconhecimento de subvenções. Evidenciando as reais intenções de gestores, possibilitando a redução da assimetria informacional entre executivos e demais usuários das demonstrações financeiras. Com o intuito de contribuir para a geração de demonstrativos contábeis com informações íntegras tempestivas, confiáveis e relevantes (CPC 00 R1, 2011).

Além da presente introdução, o artigo está estruturado em mais quatro seções, da seguinte forma: (2) Referencial Teórico; (3) Metodologia; (4) Análise e Discussão dos Dados; e (5) Considerações Finais.

¹ Destinada a analisar e diagnosticar a situação em que se encontram as Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na área da saúde.

2 Referencial Teórico

2.1 Escolhas contábeis

O papel central da Contabilidade é a divulgação de informações em que se destaca o *Value Relevance*. Um valor contábil é relevante se ele é capaz de fazer a diferença para as decisões dos usuários das demonstrações financeiras e é confiável se representa o que pretende representar (Verrecchia, 2001; Barth, Beaver, & Landsman, 2001; Holthausen, & Watts, 2001). No que tange à divulgação das informações, enquanto algumas empresas preferem disponibilizar informações específicas, outras divulgam informações totalmente diferentes e mais amplas (Holthausen, & Leftwich, 1983; Consenza, & Grateron, 2003; Murcia, & Wuerges, 2011).

Dye (2001) comenta que a empresa divulgará informações se os custos dessa divulgação forem menores do que os benefícios. Para o autor, é necessário interpretar os incentivos da entidade sobre fazer uma divulgação, ressaltando ainda que é importante interpretar a ausência de divulgação de informações ou omissões, ou seja, a divulgação incompleta.

Fields, Lys e Vincent (2001) destacam que a escolha contábil é qualquer decisão com o intuito de influenciar o resultado contábil. As escolhas contábeis podem existir provenientes de critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação (Silva, Martins, & Lemes, 2014).

A escolha de métodos e de técnicas contábeis tem relação com dois tipos de fatores: o tamanho da firma e sua alavancagem financeira (Holthausen, & Leftwich, 1983). Os autores, por meio da perspectiva de quatro fatores, buscaram explicações para as relações dos fluxos de caixa e os números contábeis divulgados de uma firma, sendo estes: a) planos de remuneração da diretoria; b) regulação governamental; c) contratos de empréstimos e financiamentos; e d) visibilidade política.

2.2 Sistema de Saúde Brasileiro, Hospitais Filantrópicos e as Subvenções do Governo

O sistema de saúde brasileiro é tido pelos consumidores em geral como precário em relação aos sistemas de outros países (Capellini, 2013). Por outro lado, La Forgia e Couttolenc (2009) justificam isso pelo fato de que o Brasil, por meio do SUS, oferece uma vasta gama de serviços gratuitamente à população. Nesse contexto estão os hospitais, que são organizações complexas, sobretudo os filantrópicos, que possuem forte apelo social por terem o foco de atendimento às camadas mais carentes da população.

Porter e Teisberg (2007) destacam que nos EUA, como em qualquer país, o governo tem uma grande influência no sistema de saúde. No Brasil, com o advento da Lei nº 12.101, que, entre outros, dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social (Brasil, 2009), observa-se tal influência do governo na gestão de hospitais filantrópicos. Para serem denominados como filantrópicos, os hospitais precisam atingir no mínimo 60% de atendimentos a usuários do SUS, de acordo com a lei.

Capellini (2013) destaca que no Brasil existem dois sistemas de saúde principais: o primeiro custeado pelo setor privado, constituído principalmente por seguradoras de saúde e

planos de saúde (regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar); o segundo é o SUS, cuja principal fonte de financiamento advém do poder público. Dada a ação regulatória do Governo, bem como a realização de repasses de recursos aos hospitais filantrópicos, existem as Subvenções Governamentais, definidas no Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, como:

[...] uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que não podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade (CPC, 2010, p.2).

Ainda de acordo com o CPC 07, a Subvenção Governamental é também designada como subsídio, incentivo fiscal, doação, prêmio, etc. (CPC, 2010). Por outro lado, a referida norma destaca que o recebimento da assistência governamental por uma entidade pode ser significativo para a elaboração das demonstrações financeiras em razão da necessidade de identificar o método apropriado para sua contabilização, bem como para indicar a extensão pela qual a entidade se beneficiou de tal assistência durante o período coberto pelas demonstrações.

Isso permite a comparação das demonstrações financeiras entre períodos e entre entidades diferentes. As Subvenções Governamentais constituem uma fonte de financiamento do governo para os hospitais filantrópicos. O governo, por sua vez, exerce influência regulatória sobre essas entidades por meio de associação dos repasses das verbas a metas operacionais dos hospitais.

Os hospitais possuem, alternativamente, a escolha do reconhecimento das subvenções pelo regime de caixa ou pelo regime de competência. No regime de caixa são processadas as movimentações dos recebimentos e pagamentos dos valores por caixa, independentemente do fato gerador de receita e despesa ter acontecido ou não. Por outro lado, no regime de competência as receitas, as despesas e qualquer outra operação são reconhecidas e apropriadas ao exercício de sua ocorrência, ou seja, seu respectivo fato gerador (Reis, 2006).

Ainda segundo Reis (2006), as organizações preferem adotar o regime de caixa por várias razões, dentre as quais o autor destaca a segurança nas decisões sobre os pagamentos embasadas no que está disponível no caixa e também pelo conservadorismo do regime que permite apurar a situação financeira da empresa. Todavia, quando se trata de organizações governamentais o regime de caixa pode causar grandes distorções. Reis (2006), exemplifica tal distorção ao evidenciar que se um município lançar o recebimento do IPTU em sua totalidade, porém somente arrecadar 80% do seu valor naquele exercício o restante dos recebíveis entrará para a dívida ativa do município, sendo contabilizado no próximo exercício como receita de cobrança da dívida ativa. Nesse sentido, a escolha pelo regime de competência poderia contribuir para um maior controle prévio sobre o cadastro dos contribuintes.

Essa escolha poderá ensejar o gerenciamento de resultados que culminará em manipulação das informações contábeis ora utilizadas por diferentes usuários, dentre eles os bancos, que analisam os dados para fins de concessão ou não de empréstimo.

3 Metodologia

3.1 Caracterização da Pesquisa

O presente artigo classifica-se, em relação aos objetivos, como descritivo uma vez que detalha os resultados obtidos pela entidade estudada quando esta contabilizava as subvenções de acordo com o regime de caixa e aqueles obtidos a partir do momento em que passou a contabilizá-las pelo regime de competência. Como *proxies* de resultado, utilizaram-se indicadores de rentabilidade, liquidez e endividamento.

Quanto as bases lógicas da pesquisa, esta pautou-se no método indutivo empirista que, segundo Gil (2009), investiga analiticamente uma situação particular sem levar em consideração os princípios preestabelecidos, buscando conhecer os fenômenos da forma como eles ocorrem e, assim, buscar generalizações a partir da detecção das relações existentes.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de um estudo quali-quantitativo, visto que lança mão de testes estatísticos, a fim de determinar a diferença entre os resultados pré e pós-adoção do regime de competência e utiliza de informações fornecidas por analistas de crédito e gestores da entidade para análise das escolhas contábeis, gerenciamento de resultados e conservadorismo. Por fim, trata-se de um estudo bibliográfico, para formulação dos indicadores utilizados no estudo, e documental, para a coleta de dados nos demonstrativos da empresa (Lakatos, & Marconi, 2007; Martins, & Theófilo, 2009).

3.2 Amostra e Coleta de Dados

A unidade de análise escolhida foi um hospital filantrópico. O hospital analisado é uma entidade de grande porte e possui mais de 1.000 leitos destinados ao SUS. Além disso, é uma entidade centenária com relevante geração de empregos para a sua região, contando em seu quadro funcional com cerca de 4.000 empregados diretos e mais de 1.000 médicos. Somando-se os terceirizados pode-se chegar à conclusão de que cerca de 6.000 pessoas atuam dentro da organização. Além disso, sua contribuição como entidade de assistência social é impressionante, pois realiza anualmente cerca de 3.500.000 atendimentos. Nesse sentido, sua estrutura física é destacável, sendo um dos maiores complexos hospitalares do Brasil.

De acordo com Holthausen e Leftwich (1983), as escolhas de métodos contábeis das empresas se diferem de acordo com o tamanho e a alavancagem destas. No hospital nota-se claramente presente o fator “tamanho” ressaltado pelos autores. A alta alavancagem operacional também é presente por se levar em conta que na composição dos gastos dos hospitais é relevante a maior proporção de custos fixos, conforme estudos de Marques *et al.* (2014) e Guerra, Rocha e Corrar (2007).

No decorrer do trabalho, houve a utilização de dados secundários. Primeiramente, foi utilizada a opinião dos colaboradores do hospital como uma das fontes de informação. Na sequência, obtiveram-se respostas de analistas de crédito do setor bancário quanto às subvenções fornecidas para hospitais e também de gestores do hospital sobre os incentivos fornecidos pelo Governo. Tais dados foram obtidos com a aplicação de entrevistas e questionários acerca de escolhas contábeis, gerenciamento de resultados e conservadorismo, todos esses aspectos voltados à contabilização de subvenções por parte do hospital, além de

tentar captar a importância ou relevância da informação contábil gerada no processo de tomada de decisão para os bancos, gestores e auditores.

A terceira fonte foi a obtenção dos indicadores de liquidez, rentabilidade, endividamento e lucratividade do ano de 2012 até o ano de 2015 para análise, principalmente quanto à “quebra” ocorrida no ano de 2014, no qual as subvenções deixaram de ser contabilizadas por regime de caixa e passaram ao regime de competência, fruto de uma escolha contábil voluntária dos gestores.

É importante ressaltar que os colaboradores do hospital, bem como os analistas entrevistados, concordaram em participar do presente estudo desde que mantidos o sigilo de suas identidades pessoais e profissionais e, nesse sentido, todas as informações que pudessem identificar as instituições foram mantidas em sigilo.

3.3 Técnica de Análise de Dados

Para possibilitar a apropriada análise dos dados, esta foi dividida em duas etapas. Inicialmente fez-se a confrontação entre as respostas obtidas por meio de entrevistas e questionários, pautando-se na opinião dos principais autores nacionais e internacionais sobre escolhas contábeis e gerenciamento de resultados. Na segunda etapa, quando da utilização dos indicadores para confrontar a situação patrimonial do hospital antes e depois da migração para o regime de competência na contabilização das subvenções governamentais, foi o aplicado o método estatístico do testes de médias separadamente (nos indicadores do período de contabilização por regime de caixa e nos indicadores do período de contabilização por regime de competência) e, posteriormente, um teste de médias conjunto, para evidenciar se os indicadores se diferenciavam ou não efetivamente quando se compara a contabilização nos regimes de caixa *versus* competência, hipótese essa que motivou a mudança por parte dos gestores para a melhoria nos indicadores.

Para interpretação dos resultados colhidos na aplicação dos testes, sempre foi considerado um nível de significância igual a 5%. Resumidamente, a hipótese nula para ambos os testes foi: **H0**: Os indicadores não são estatisticamente diferentes no período testado; **H1**: Os indicadores são estatisticamente diferentes no período testado.

4 Análise e Discussão dos Resultados

O hospital estudado recebia, e ainda recebe, subvenções governamentais, sendo esta uma fonte relevante de arrecadação para a entidade. Porém, a subvenção governamental gera também uma obrigação para o hospital, ou seja, a verba recebida normalmente é associada a metas operacionais, tais como: número de cirurgias, consultas, exames, abertura de leitos destinados ao SUS, entre outros. Até o ano de 2013, o hospital estudado contabilizava as subvenções mediante regime de caixa, ou seja, somente reconhecia como receita quando o dinheiro efetivamente era recebido. Entretanto, conforme Nota Explicativa nº 17, divulgada pelo hospital, foi revista a forma de registro dessas subvenções sendo esta, a partir de 2014, realizada pelo regime de competência. Na maioria dos casos, o hospital cumpre as obrigações referentes à subvenção governamental antes mesmo de recebê-la, entende-se, portanto, que o fato gerador da receita (nesse caso, o cumprimento da obrigação) estava acontecendo, possibilitando então o reconhecimento desta forma. Nesse sentido, na possibilidade de melhorar

o desempenho da entidade medido por indicadores, gerenciando o resultado, fruto de escolha contábil entre formas de contabilização aceitas no CPC 07, que trata sobre subvenções e assistências governamentais.

4.1 Análise das Entrevistas

Este trabalho é caracterizado como uma pesquisa qualitativa, descritiva e quantitativa. Dada a sua natureza qualitativa, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com seis profissionais ligados direta e indiretamente com o processo de concessão de empréstimos ao hospital filantrópico estudado.

Os respondentes entrevistados são categorizados da seguinte forma: a) três funcionários vinculados diretamente à entidade estudada que atuam como Gerente de Planejamento e Controladoria, Gerente Financeiro e Contador. Estes possuem formação nas áreas de Administração e Ciências Contábeis, experiência nas funções que exercem e atuam na instituição entre seis e dez anos; b) dois analistas de crédito de uma instituição bancária ligada à entidade. Estes possuem entre 16 e 27 anos de experiência em análise de crédito e risco, com formação em Ciências Contábeis e Estatística, com pós-graduação em Finanças; c) um auditor independente contratado pela entidade que é gerente de uma auditoria atuante há mais de quatro décadas no ramo e com diversas entidades filantrópicas como clientes. Devido ao sigilo das informações, não são divulgadas as identidades dos respondentes, nem as instituições bancárias e a empresa de auditoria.

A ideia de aplicar entrevistas a esses profissionais parte do princípio de que o processo de contratação de empréstimos bancários, no contexto filantrópico hospitalar, exige um alto rigor na análise das informações prestadas, entre elas, as informações contábeis, evidenciando sua relevância para o processo de tomada de decisão. Adicionalmente, foram aplicados questionários com questões fechadas a fim de captar a ciência dos respondentes quanto à alteração no modelo de reconhecimento das subvenções governamentais e quanto à publicação das demonstrações financeiras da entidade.

Do total de quatro questionários aplicados, obteve-se resposta de 100%, cujos respondentes foram os três funcionários do hospital e o auditor independente. Todos os respondentes demonstraram ciência em relação à publicação das demonstrações financeiras, exigência legal e meio de publicação (jornal de grande circulação ou relatório anual ou de gestão). Em relação ao prazo para publicação, as respostas divergiram nas datas. Três entrevistados (75%) responderam ter ciência da alteração da contabilização das subvenções do regime de caixa para o regime de competência, mas divergem entre si quanto à data da mudança. As respostas provenientes das entrevistas e dos questionários obtidos com os gestores da instituição corroboram o objeto de pesquisa, pois todos eles demonstraram a percepção de que a mudança na forma de registro das subvenções poderia resultar em benefícios para a entidade.

O foco das entrevistas foi avaliar a relevância da informação contábil para a tomada de decisão, considerando como informação relevante aquela que tem relação importante com a decisão do usuário. Nesse sentido, escolhas contábeis assumidas pela entidade poderão influenciar a tomada de decisão do usuário o que, no caso deste trabalho, poderá ensejar o gerenciamento de resultado relativo às subvenções governamentais a fim de se obter superávit ou redução de déficit, para possível aceitação de proposta de contratação de empréstimos junto a bancos pelo hospital estudado.

Além disso, as escolhas podem determinar melhorias nos indicadores econômico-financeiro, favorecendo a entidade em relação à decisão dos bancos em conceder empréstimo. Assim, as entrevistas buscam captar a relevância dos demonstrativos financeiros tanto para a entidade estudada quanto para os usuários externos (nesse caso, os bancos), bem como apoio ao aspecto de veracidade das informações por parte dos auditores.

Quando perguntado aos funcionários entrevistados do hospital sobre quais informações são requeridas para contratação de empréstimos, todos citaram os Demonstrativos Financeiros (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas) devidamente assinados pelo contador. Entretanto, informações complementares são também solicitadas, como certidões de regularidade, relação de faturamento dos últimos doze meses assinada pelo contador, documentos constitutivos (estatuto, CNPJ e atas), contratos de convênio com o governo e relatório de endividamento. Chama atenção dois informativos associados à informação contábil: “relação de faturamento dos últimos doze meses” e “relatório de endividamento”.

Em relação aos analistas das instituições bancárias, ambos destacaram a solicitação dos demonstrativos financeiros dos últimos três exercícios com defasagem de seis meses no máximo. Em relação ao processo de contratação e concessão de empréstimos, os funcionários do hospital entrevistados citaram a necessidade de aprovação junto ao órgão deliberativo superior da entidade, conforme pode ser visualizado nas transcrições a seguir:

Dependendo do empréstimo, a entidade realiza assembleia extraordinária, submetendo à deliberação deste Conselho. O banco nos solicita as demonstrações contábeis do mês vigente e dos últimos dois anos, assinadas pelo contador responsável da empresa. Nos é solicitado também alguns documentos societários, como estatuto e procurações, relação de faturamento bruto dos últimos doze meses, salvo exceções, nos é solicitado projeção financeira de acordo com o tempo do empréstimo. (Entrevistado 1, grifo nosso).

Através da análise do fluxo de caixa projetado, é feita avaliação da necessidade de buscar novos recursos. A partir da decisão sobre a aquisição do empréstimo, é feita a verificação dos agentes bancários que oferecem melhores condições para o empréstimo. Recentemente, para aprovação do empréstimo junto ao [instituição bancária], além da análise criteriosa do plano de viabilidade, foi feita aprovação também via Conselho. (Entrevistado 2, grifo nosso).

O processo consiste, inicialmente, por uma análise de fluxo de caixa de curtos e médios prazos, onde se detecta a necessidade do recurso para algum fim específico. Após esta análise, a proposta é submetida à aprovação do Conselho Superior da Entidade, caso haja a autorização, são feitos os primeiros contatos com os agentes financeiros. (Entrevistado 3, grifo nosso).

Nota-se que para dar suporte à decisão do Conselho, são analisadas as informações contábeis como fluxo de caixa e faturamento anual. Do lado da instituição bancária, os Entrevistados 4 e 5 comentam o seguinte:

A decisão é proferida em Comitê de Crédito, alçada superior, dadas as características destas entidades. Posteriormente, o trâmite da proposta é realizado em área específica, que verifica a documentação e a formalização da operação frente às condições estabelecidas na aprovação pela alçada decisória. (Entrevistados 4 e 5).

Conforme a fala dos entrevistados, observa-se que há uma preocupação em relação à característica dessas entidades. Nota-se aqui um cuidado especial, possivelmente pelo risco elevado inerente às operações com entidades filantrópicas. Sobre a utilização das informações para fins de tomada de decisão dois dos entrevistados destacaram que as utilizam também para fins gerenciais, conforme a seguir:

De acordo com as demonstrações, mensura-se se a empresa precisa ou não de algum tipo de recursos de terceiros, se há capacidade de pagamento de dívidas, se há necessidade de fechamento de serviços deficitários. Ambas. Por exemplo, analisando o endividamento e a DFC [demonstração dos fluxos de caixa], a empresa tem informações suficientes para saber se há necessidade de utilização de capital de terceiros, bem como se há capacidade de pagamento deste financiamento. Outro exemplo, ao analisar o déficit de um determinado período e ao aprofundar a análise gerencial, percebe-se que determinado serviço que a entidade fornece gera um desfalque no caixa, sendo assim, a entidade decide por deixar de fazer o serviço ou fechar uma unidade de negócio geradora de prejuízo, tendo como base as informações contábeis gerenciais. (Entrevistado 1, grifo nosso).

[...] as informações são utilizadas para análise de investimento em novos negócios ou manutenção de negócios atuais. As informações são utilizadas interna e externamente. Geralmente, a instituição faz uso das informações gerenciais geradas pela contabilidade para avaliar a rentabilidade de serviços. Recentemente, as informações foram utilizadas para contratação de empréstimo junto ao [instituição bancária], que solicitou análise do ambiente externo e, sobretudo, as projeções econômicas e financeiras. Atualmente, estamos em negociação junto à prefeitura para ampliação de recursos de custeio, e a negociação possui como base as informações geradas na contabilidade. (Entrevistado 2, grifo nosso).

Essa relevância das informações contábeis é destacada por Lopes e Martins (2012), que comentam que não há razão para que a contabilidade gerencial não passe pelas etapas do processo contábil. Os autores ressaltam a finalidade gerencial devido ao aspecto informacional da contabilidade que, nesse âmbito da contabilidade, não se trata mais de divulgação para o público, mas de comunicação dentro dos vários níveis hierárquicos da empresa. Nesse sentido, tanto os usuários internos quanto os externos se beneficiam das informações prestadas pela contabilidade com vistas à tomada de decisão. De acordo com o CPC 00 (R1), objetivo do relatório contábil- financeiro é:

[...] fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito (CPC, 2011, p.7).

Dada essa utilidade das informações contábeis, destacam-se a fidedignidade e a relevância dessas informações para os usuários. Para tanto, tem-se que um valor contábil é relevante se ele é capaz de fazer a diferença para as decisões dos usuários das demonstrações financeiras, e que um valor contábil é confiável se de fato representa o que pretende representar

(Barth, Beaver, & Landsman, 2001). A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível (CPC, 2011). Para os entrevistados do banco em questão, as informações úteis não são apenas as de cunho contábil:

A decisão tomada, inicialmente, refere-se à atribuição da classificação de risco da entidade (rating) e, posteriormente, à concessão ou não do crédito pleiteado. Mas existem outras informações utilizadas, além dos demonstrativos contábeis, como aquelas que dizem respeito a aspectos cadastrais (caracterização da entidade, objetivo social, experiência e capacidade dos gestores, conceito junto ao mercado e existência ou não de restritivos), histórico de relacionamento junto ao banco e evolução de números de endividamento financeiro versus receitas mensais (posições adicionais, mais atualizadas que as dos demonstrativos, com defasagem máxima de 3 meses). (Entrevistados 4 e 5, grifo nosso).

Quando perguntado sobre exigência de cumprimento de prazos para disponibilização das informações contábeis, obtiveram-se as seguintes respostas por parte do entrevistado auditor e do funcionário da entidade:

A Superintendência determina que as informações estejam disponibilizadas até o nono dia útil do mês subsequente. As informações estão sempre disponíveis para os membros do conselho e superintendentes e são utilizadas sempre que necessário para fornecer informações aos bancos. (Entrevistado 3).

[...] prazos internos (estatutários) e externos. (Entrevistado 6).

Dada a preocupação da entidade com a disponibilidade tempestiva das informações, nota-se aqui que é dada relevância para as informações, conforme exposto pelo Entrevistado 6. Do lado do banco, obteve-se a seguinte resposta:

É de importância significativa a disponibilização dos demonstrativos contábeis para classificação de risco da entidade, bem como para análise de eventual proposta de operação de crédito. (Entrevistados 4 e 5).

Percebe-se que, para o banco, a informação contábil faz parte do processo de análise, devido ao comentário do analista de que as informações prestadas serão utilizadas para fins de classificação de risco. De acordo com o CPC 00 (R1), se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar (CPC, 2011). Quando perguntados sobre a fidedignidade das informações contábeis da entidade, os entrevistados comentaram o seguinte:

[...] nós sabemos que as demonstrações financeiras são importantíssimas tanto para prestação de contas à sociedade, quanto ferramenta que subsidia a tomada de decisão da alta direção. Para garantir a excelência das informações prestadas, as demonstrações contábeis passam por análise da auditoria externa para emissão de parecer quanto ao uso e aplicação das normas contábeis adotadas no Brasil. (Entrevistado 1).

[...] a utilização de informações não confiáveis pode trazer sérios riscos para empresa, uma vez que boa parte de suas decisões são baseadas em informações consolidadas pela contabilidade. Somos uma instituição privada sem fins lucrativos, entretanto,

lidamos com recursos públicos, o que amplia ainda mais a responsabilidade sobre as informações disponibilizadas para sociedade. (Entrevistado 2).

Óbvio que sim, toda história e toda atividade ocorrida na entidade estão transformadas em registros contábeis, e não termos informações fidedignas significaria um retrato distorcido do passado e da realidade da instituição. (Entrevistado 3).

É essencial que os demonstrativos contábeis sejam auditados, de maneira a torná-las mais confiáveis, propiciando maior segurança na avaliação dos indicadores extraídos destas informações. (Entrevistados 4 e 5).

Nas entidades que acompanho, há o zelo pelas informações divulgadas. (Entrevistado 6).

Nota-se que quando perguntados diretamente sobre a fidedignidade, os entrevistados não mencionam os aspectos de verificabilidade, completude das informações e ausência de erros. Entretanto, de forma complementar, um dos entrevistados comenta que internamente são feitas análises das informações geradas, a fim de mitigar os erros e para melhorar a informação. De acordo com o trecho anterior, proferido pelo Entrevistado 1, a auditoria é utilizada como garantia de fidedignidade das informações, assim como os Entrevistados 4 e 5 afirmam que os demonstrativos financeiros auditados são essenciais. Corrobora essa afirmativa o exposto pelo Entrevistado 6.

Nesse sentido, quando perguntados sobre os motivos da entidade contratar auditoria para as demonstrações financeiras, os entrevistados mencionaram que se trata de busca de credibilidade das informações reportadas, bem como cumprimento legal, e um deles cita a Lei nº 12.101/2009 como dispositivo legal que exige a realização de auditoria independente. De forma unânime, os entrevistados mencionam que as informações contábeis são relevantes para a tomada de decisão e destacam que os usuários dessas informações são os bancos, os gestores (internos), o Governo (por meio do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde), a sociedade (nesse caso, não houve explicação de como a sociedade analisa e utiliza as informações e para que as utiliza especificamente), a alta direção (provedor, superintendentes e conselheiros). Quando perguntados sobre a percepção da importância das informações contábeis da entidade, os entrevistados disseram o seguinte:

[...] sei da importância das informações, sendo excelentes fontes auxiliares na tomada de decisão. Uma empresa que visa o melhoramento dos processos e dos seus resultados tem que possuir informações contábeis atualizadas e fidedignas. (Entrevistado 1).

As informações contábeis possuem grande relevância para gestão, pois são a base para a tomada de decisão, por isso o envolvimento e a crítica permanente beneficia todos os gestores. (Entrevistado 2).

São vitais, pois são o “termômetro” que mede a saúde da empresa, propiciando diagnósticos a tempo de medidas preventivas serem tomadas caso sejam necessárias. (Entrevistado 3).

Avaliar principalmente o nível de comprometimento com recursos onerosos e de capitalização própria; capacidade de liquidação dos passivos (situação financeira e patrimonial); evolução das receitas e do superávit ou déficit no último período e ao

longo dos exercícios; geração de caixa da atividade, de investimentos e de financiamentos. (Entrevistados 4 e 5).

[...] caso recebam as informações contábeis tempestivamente (Alta Administração), poderão utilizar-se delas para gerir a entidade, sendo este um diferencial. (Entrevistado 6).

4.2 Análise dos Indicadores

O objetivo deste tópico é analisar a evolução dos indicadores no decorrer dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. Posteriormente, visa-se realizar o teste de diferenças de médias nos anos de 2012/2013, para visualizar se os indicadores encontrados nos períodos em que se praticou regime de caixa são estatisticamente iguais a 2014/2015 e também para visualizar se os indicadores no momento em que se utilizou regime de competência são estatisticamente iguais. Feito isso, pretende-se testar o período 2012/2013 com 2014/2015, confrontando se o regime de caixa *versus* o regime de competência apresenta indicadores estatisticamente iguais.

A Tabela 1, representada a seguir, demonstra a evolução dos principais indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento utilizados no estudo.

Tabela 1
Evolução dos indicadores

Anos	2012	2013	2014	2015
Liquidez Corrente	0.1574	0.1387	0.3709	0.4192
Liquidez Imediata	0.0093	0.0047	0.0130	0.0131
Endividamento Geral	0.9317	0.9998	1.2141	1.1545
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	6.0301	13.9678	-3.8851	-5.4671
Taxa de Retorno sobre o Ativo Total (ROI)	-0.0798	-0.0637	-0.1882	-0.1547
Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	0.5389	-0.9962	-87.8958	-100.1481
Margem Bruta	0.0716	0.0452	0.0499	0.4888
Margem Líquida	-0.1439	-0.1152	-0.1828	-1.3626

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos indicadores de liquidez, nota-se uma substancial melhora e a quebra ocorre justamente no momento de mudança na contabilização do regime de caixa para o regime de competência. Em 2012 e 2013, o indicador de liquidez corrente, por exemplo, evidencia 0,15 e 0,13, respectivamente, enquanto que, em 2014 e 2015, os números passam a 0,37 e 0,41. Apesar de ainda apresentar uma péssima capacidade de pagamento no curto prazo, os números melhoram substancialmente no período analisado.

A análise dos indicadores de endividamento e rentabilidade demonstram a preocupante situação que vive a empresa, que atualmente apresenta situação patrimonial negativa (passivo a descoberto). As obrigações exigíveis são hoje maiores que o valor dos ativos, característica de empresas que abrem processo de falência. Ainda assim, nota-se uma quebra justamente na mudança do regime de caixa para o regime de competência. A imobilização do patrimônio líquido passa a ser negativa com a diferente contabilização, justamente pelo fato de o patrimônio líquido passar a ser negativo. Já a rentabilidade sobre o patrimônio líquido apresenta quebra ocorrida na mudança de contabilização. Somente os indicadores de lucratividade não sofreram grandes alterações no período analisado.

A Tabela 2 mostra o teste de diferenças de médias² testando o ano 2012 com o ano de 2013, para evidenciar se os resultados encontrados nos indicadores referentes ao regime de caixa eram estatisticamente iguais. Compara-se também 2013 com 2014, para evidenciar se os indicadores referentes ao regime de competência também são estatisticamente iguais.

Os testes de diferenças de média evidenciaram resultados semelhantes. A hipótese nula, tanto para o teste realizado para os anos de 2012 e 2013, como o de 2014 e 2015, não pode ser rejeitada. Portanto, o teste foi realizado dentro dos nichos de regime de caixa e regime de competência.

Tabela 2

Teste de diferença de médias

Regime	Caixa		Competência		
	2012	2013	2014	2015	
Média	-1.4E+07	-1.7E+07	Média	-8342050	-5070213
Variância	3.83E+15	5.9E+15	Variância	1.19E+15	7.4E+14
Observações	20	20	Observações	20	20
Gl	19		Gl	19	
Estatística t	0.737149		Estatística t	-1.44791	
P(T<=t) bi-caudal	0.470038		P(T<=t) bi-caudal	0.163943	
t crítico bi-caudal	2.093024		t crítico bi-caudal	2.093024	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como o valor calculado de t para ambos os testes (Estatística t = 0.737149 para 2012 e 2013; e Estatística t = -1.44791 para 2014 e 2015) é menor que o valor crítico bi-caudal (t crítico bi-caudal = 2.093024 para 2012 e 2013; e t crítico bi-caudal = 2.093024 para 2014 e 2015), assim aceita-se a hipótese H₀, isto é, os indicadores não sofreram diferença significativa entre os anos testados.

Pode-se chegar à mesma conclusão comparando o valor P(T<=t) bi-caudal = 0.470038 (2012 e 2013) e 0.163943 (2014 e 2015) com o nível de significância adotado de 5%, pois quando o valor P é maior que o nível de significância, não se rejeita H₀. Ou seja, os indicadores encontrados utilizando-se a contabilização por regime de caixa não são estatisticamente diferentes de um ano para o outro, o mesmo ocorrendo com os indicadores referentes ao período do regime de competência: esses indicadores entre 2014 e 2015 não tiveram diferença estatística.

A Tabela 3 a seguir apresenta o teste de média entre regime de caixa confrontado com o regime de competência, ou seja, testa as diferenças entre o período de 2012/2013 com o período de 2014/2015, para evidenciar se uma mudança fruto de uma escolha contábil pode ou não refletir nos elementos patrimoniais mediante a interpretação de seus indicadores.

² É importante destacar que foi realizado um teste de normalidade antes da aplicação de todos os testes de médias. Esse procedimento é aconselhável devido ao pequeno número amostral observado na presente pesquisa e caso a hipótese normalidade seja violada, a alternativa é utilização de testes não paramétricos. O teste conduzido foi o de Shapiro-Wilk, conforme recomenda a literatura para amostras menores que 50 observações (Marocco; Hair *et al.*, 2009). Os resultados do teste indicaram que a distribuição dos indicadores apresenta normalidade, mantendo, dessa forma, a confiabilidade dos testes de médias aplicados.

Tabela 3

Teste de diferença de média entre os regimes de caixa e de competência

Regime	Caixa	Competência
Anos	2012/2013	2014/2015
Média	-15591035.26	-6706131.672
Variância	4.80531E+15	9.41379E+14
Observações	20	20
Gl	19	
Estatística t	2.7844E+12	
P(T<=t) bi-caudal	0.016931462	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados encontrados sugerem a rejeição da hipótese nula, pois o valor P encontrado é menor que 0,05, apoiando a rejeição da hipótese nula de que o valor dos indicadores tem diferença estatística quando estes são contabilizados utilizando os regimes de caixa e de competência. Portanto, corroborando a ideia inicial, escolhas contábeis impactam os elementos patrimoniais das empresas, assim, pode-se afirmar que existe diferença estatística entre os indicadores que foram contabilizados em 2012/2013, por regime de caixa, e os indicadores do período de 2014/2015, por regime de competência.

5 Considerações Finais

O mercado não consegue assimilar completamente as motivações dos gestores e tem-se um alto custo para evitar por completo as manipulações ou o gerenciamento de resultados realizados por estes. Neste trabalho, buscou-se evidenciar os motivos que levam gestores às escolhas contábeis relacionadas ao momento de registro de subvenções governamentais, relativos à contabilização pelo regime de competência em detrimento ao regime de caixa, e se as informações contábeis de hospitais filantrópicos são úteis para o processo de tomada de decisão dos bancos na concessão de empréstimo. Alguns pontos devem ser destacados em relação ao reconhecimento das subvenções governamentais: pelo regime de caixa, a entidade filantrópica possivelmente terá oscilações no resultado já que o reconhecimento se dará somente no recebimento; já pelo regime de competência, o registro possivelmente será constante no resultado, tendo em vista que este se dará no momento em que se tiver suficiente segurança quanto ao recebimento da subvenção.

Ressalta-se que a adoção do regime de competência pode trazer uma maior motivação ao gestor, pelos seguintes aspectos: (a) reconhecimento tempestivo do crédito que resulta em maior controle das contas a receber e, ainda, o registro de forma oficial; (b) melhoria dos indicadores econômico-financeiros com ênfase na liquidez; (c) resultados mais constantes ou sem grandes variações; (d) o registro associa as subvenções com a produção hospitalar e, por isso, representa melhor o resultado, haja vista que as metas de produção normalmente geram as verbas do governo. Desse modo, os resultados apresentados neste trabalho permitem as seguintes conclusões: os gestores do hospital se utilizam das informações contábeis na tomada de decisão gerencial para a ampliação de leitos e serviços, paralização de procedimentos menos rentáveis, investimentos em equipamentos hospitalares e não hospitalares e negociações de contratos com a Secretaria Municipal de Saúde. Além disso,

as informações contábeis são úteis para a negociação de contratação de empréstimos junto a bancos, que são grandes fontes de financiamento do hospital estudado.

Outro ponto importante evidenciado no estudo é que as informações contábeis são relevantes na tomada de decisão tanto para o hospital, que representa o usuário interno quanto para os bancos, que representam o usuário externo. O Governo também se utiliza das informações contábeis da entidade, por exemplo, o Ministério da Saúde e o Ministério da Fazenda.

Em relação à fidedignidade, tem-se a presença dos auditores independentes como garantidores da qualidade da informação contábil, embora os entrevistados tenham falado pouco acerca de mecanismos internos para atestar a qualidade da informação. Nota-se que as escolhas contábeis, aqui discutidas especificamente quanto à alteração da forma de reconhecimento das subvenções governamentais, são motivadas pelos seguintes incentivos: regulação governamental; contratos de empréstimos e financiamentos; e visibilidade política. Cabe explicar que, em relação a planos de remuneração da Diretoria, os hospitais filantrópicos normalmente apresentam quadro de diretores não remunerados, a fim de garantirem a continuidade de imunidades e isenções tributárias.

Em relação à regulação governamental, os hospitais filantrópicos apresentam influência do Governo, bem como também apresentam contratos de empréstimos e financiamentos elevados, devido à gravidade econômico-financeira dessas entidades. Além disso, ressalta-se ainda a questão da visibilidade política, em dois pontos de vista, o primeiro em relação à sociedade, que espera um desempenho adequado frente aos objetivos propostos por uma instituição filantrópica, e o segundo em relação ao Governo, que espera retorno da imunidade e isenção tributária concedidas.

Respondendo especificamente à questão de pesquisa, foi possível constatar que os elementos patrimoniais e financeiros são diretamente afetados pelas duas formas de contabilização e, portanto, a grande motivação está em preparar, da forma mais adequada possível, os demonstrativos para propiciar aos financiadores a tomada de decisão que seja benéfica ao hospital filantrópico, ou seja, propiciar a concessão de crédito, mesmo que isso demande o gerenciamento de resultados.

Apesar dos importantes resultados da pesquisa, vale destacar que o fato de se ter analisado apenas um hospital filantrópico limita os achados para uma possível generalização. Sendo assim, para futuras pesquisas, propõe-se um maior número de entrevistados, mais entidades filantrópicas e uma discussão acerca de outros tipos de escolhas contábeis, como, por exemplo, o método de contabilização do faturamento hospitalar.

Referências

Barth, M. E., Beaver, W. H., & Landsman, W. R. (2001). The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of Accounting & Economics*, 31(1), p. 1-3.

BrasiL, Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. *Dispõe sobre a certificação das entidades de beneficentes de assistência social*. Diário Oficial da União, Brasília, 27 nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm. Acesso em: 1 maio 2017.

Câmara dos Deputados. *Comissão de seguridade social e família: relatório da Subcomissão Especial destinada a analisar e diagnosticar a situação em que se encontram as Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na área da saúde*. 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/conheca-a-comissao/subcomissoes/relatorios-de-subcomissoes/relatorio-da-subcomissao-subsanca>. Acesso em: 1 maio 2017.

Capellini, G. A. (2013). *Matriz de maturidade dos sistemas de custos em hospitais*. 91 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CPC (2010). Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento técnico CPC 07 (R1): subvenção e assistência governamentais*. Brasília: CFC.

CPC (2011). Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento técnico CPC 00 (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Brasília: CFC.

Dye, R. A. An evaluation of “essays on disclosure” and disclosure literature in accounting. (2001). *Journal of Accounting and Economics*, (32)1, p.181-235.

Fields, T. D., Lyz, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics* 31(3), p.255-307.

Guerra, A. R., Rocha, W. R., & Corrar, J. L. (2007). Análise do impacto das variações de receitas nos lucros das empresas com diferentes estruturas de custos. *R. Adm., São Paulo*, 42(2), p.227-238.

Gil. A. C. (2009). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª edição, São Paulo: Atlas, 2009.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J. Anaderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise Multivariada de Dados*. 6ª edição, Porto Alegre: Bookman.

Holthausen, R. W., & Leftwich, R. W. (1983). The economic consequences of accounting choice: implications of costly contracting and monitoring. *Journal of Accounting & Economics, Amsterdam, Switzerland, Amsterdam* 5(1), p.77-117.

Holthausen, R. W., & Watts, R. L. (2001). The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. *Journal of Accounting & Economics*, 31(3), 2001.

La Forgia, G. M., & Couttolenc, B. F. (2009). *Desempenho hospitalar no Brasil: em busca de excelência*. São Paulo: Singular.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Lopes, A. B., & Martins, E. (2012). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Marques, K. C. M., Abbas, K., Tonin, J. M. F., & Leoncine, M. (2014). Relação entre estrutura de custos e despesas com o desempenho: estudo em hospitais brasileiros. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS*, 21. Natal. Anais..., Natal: CBC.

Marocco, J. (2007). *Análise Estatística com Utilização do SPSS*. 3ª edição, Lisboa: Sílabo.

Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia de investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Murcia, F. D., & Wuerges, A. (2011). Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações versus gerenciamento de resultados. *Revista Universo Contábil*, 7(2), p. 28-44.

Porter, M. E., & Teisberg, E. O. (2007). *Repensando a saúde*. Porto Alegre. Editora Bookman.

Reis, H. C. (2006). Regime de caixa ou de competência: eis a questão. *Revista de Administração Municipal*, 52(26), p. 37-48.

Silva, D. M., Martins, V. A., & Lemes, S. (2014). Escolhas contábeis: reflexões para a pesquisa no Brasil. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS*, 22., Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: CBC.

Verrecchia, R. (2001). Essays on Disclosure. *Journal of Accounting and Economics* 32, p. 97-180.